

CONTRIBUIÇÃO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS PARA A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO*

VITOR CURADO BOTH

Aspirante

PAULO RICARDO MELO LEITE

Aspirante

SUMÁRIO

Origens
O marco zero
Consolidação da Independência do Brasil
A guerra da Tríplice Aliança (1865-1870)
Proclamação da República (1889)
A Revolta da Armada (1893)
Fim da Primeira República
A Era Vargas (1930-1945)
Segunda Guerra Mundial (1939-1945)
O pós-guerra
Conclusão

ORIGENS

Para que se entenda um pouco mais sobre o papel do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) na Marinha do Brasil (MB) e o seu papel no contexto político brasileiro, é necessário um levantamento histórico sobre os acontecimentos que contribuíram para a sua formação.

Durante o período das Grandes Navegações, no século XV, a Marinha Real Portuguesa, devido à evidente demanda, realizou um aumento significativo do quantitativo de pessoal em suas fileiras, uma modernização dos métodos de navegação (Escola de Sagres) e de administração. Neste contexto, pode-se destacar, nos últimos anos daquele século, a criação de diversos órgãos, como

* Artigo publicado originalmente na *Revista de Villegagnon* nº 9, 2014.



Insígnia do Corpo de Fuzileiros Navais

o Regimento da Armada, a Companhia de Guardas-Marinha, o Corpo de Oficiais da Marinha e o Conselho do Almirantado.

No dia 28 de agosto de 1797, por intermédio do Alvará da Rainha D. Maria I, foi criada a Brigada Real da Marinha. Tal Brigada teve o Inspetor-Geral D. Domingos Xavier de Lima como primeiro comandante e era composta por três divisões com funções específicas. A 1ª Divisão de Artilheiros Marinheiros tinha como missão guarnecer a artilharia de bordo; a 2ª Divisão de Fuzileiros Marinheiros estava incumbida de efetuar desembarques e defender os navios e o Arsenal da Marinha; e a 3ª Divisão de Artífices/Lastradores Marinheiros ficava a bordo dos navios equipando os Correios Marítimos. A Brigada Real da Marinha é vista por muitos historiadores como o preâmbulo do CFN. Abaixo um trecho do Alvará de 28/8/1797:

“Eu, a Rainha, faço saber aos que este Alvará com força de lei virem, que tendo-me sido presentes os graves inconvenientes, que se seguem, ao meu Real Serviço, e à disciplina da Minha Armada Real, e o aumento de despesa que se experimenta por haver três corpos

distintos a bordo das naus e outras embarcações de guerra da Minha Armada Real, quais são os Soldados Marinheiros: sendo consequências necessárias desta organização, em primeiro lugar, a falta da disciplina que dificilmente se pode estabelecer entre os Corpos pertencentes a diversas repartições: em segundo, a falta de ordem, que nascem de serem os Serviços de Infantaria e de Artilharia, muito diferentes no mar do que são em terra: e ser necessário que os Corpos novamente embarcados aprendam novos exercícios a que não estão acostumados. Sou servida mandar criar um Corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores debaixo da Denominação de Brigada Real da Marinha [...]”

O MARCO ZERO

No início do século XIX, o mundo presenciou o poder grandioso do Império Francês, liderado pelo grande militar Napoleão Bonaparte, o qual, devido à resistência do Império Britânico, decidiu decretar uma restrição aos governos europeus, que, a partir daquele momento, estariam proibidos de manter qualquer relação comercial e diplomática com a Inglaterra. Tal decreto entrou para a história como Bloqueio Continental e foi fundamental para os acontecimentos históricos posteriores que culminariam com a chegada da Família Real no Brasil e a criação do CFN.

Ao mesmo tempo em que ocorre o Bloqueio Continental, o Império Britânico, tradicional aliado da Coroa Portuguesa, pressiona o Regente D. João VI, que, por motivos políticos, nega-se a interromper o comércio com a Inglaterra, quebrando assim o decreto de Napoleão. Devido à ameaça de invasão por parte do Império Francês, o Príncipe Regente transfere a Corte Portuguesa para a sua principal colônia, o Brasil.



Chegada da Família Real ao Brasil

No dia 7 de março de 1808, a Família Real chega ao Brasil. Esta data, além da importância para a história do País, é o marco zero da história do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, graças à vinda dos ancestrais da atual tropa anfíbia da Marinha do Brasil, que na época era comandada pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes, futuro Barão do Rio da Prata.

No dia 1º de maio de 1808, com a declaração de guerra à França, iniciam-se as atividades do CFN em terras brasileiras, com uma marcha de forças de mar e de terra em direção à margem direita do Oiapoque, objetivando a consolidação dos limites do Estado do Pará. No fim daquele mesmo ano, a esquadra, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yéo, trazia consigo diversas embarcações, com destaque para a Fragata *Confiance*. Embarcados nesta esquadra estavam os fuzileiros marinhos da Brigada Real da Marinha, sob a liderança do Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, o qual mais tarde se tornaria o primeiro ministro da Marinha do Brasil.

No início do ano seguinte, o Comandante Yéo, à frente de uma poderosa coluna naval, conquistava o Fort Diamant, localizado na Ilha de Caiena, permitindo, assim, o desembarque do restante da tropa que estava nos navios vindos de Portugal. Este episódio é conhecido como o “batismo de fogo” dos ancestrais do CFN. Ainda em 1809, o então ministro da Marinha, D. João Rodrigues Sá e Menezes, Conde de Anadia, determinou

que a Brigada Real da Marinha ocupasse a Fortaleza de São José, localizada na Ilha das Cobras. Este local é visto até hoje pelo CFN como o seu quartel-general.

CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em 1809, com a decadência do Império Napoleônico e a expulsão do exército francês por tropas luso-britânicas, começou em Portugal um movimento que objetivava a volta do Rei D. João VI. O ápice deste movimento foi a chamada Revolução Liberal do Porto (1820), que culminou na volta do rei no ano seguinte.

Embora D. João VI tivesse deixado seu filho na administração da colônia brasileira, devido ao receio de perder o controle político na região, ele enviou uma ordem de retorno de D. Pedro I, pois a permanência do príncipe herdeiro do trono português trouxe esperança aos brasileiros engajados nas causas políticas. D. Pedro, graças ao apego à região, optou por permanecer no Brasil. Tal episódio entrou para história



Aclamação de D. Pedro I, imperador do Brasil, no Campo de Santana, Rio de Janeiro. Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Fonte: New York Public Library

cia, o agora Imperador D. Pedro I decretou, em 24 de outubro de 1822, a reorganização do Batalhão de Fuzileiros Marinheiros da Brigada Real da Marinha, que passou a ser chamado de Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro, composto por 54 oficiais, 74 sargentos, 71 cabos, 3.759 soldados artilheiros, 38 músicos e 36 corneteiros.

brasileira como o Dia do Fico (9/1/1822) e culminou na declaração de independência, às margens do Rio Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822.

Ainda em 21 de abril de 1822, o ministro da Marinha na época, Almirante Joaquim José Monteiro Torres, firmou um decreto no qual ficava estabelecido que o Batalhão de Fuzileiros Marinheiros da Brigada Real da Marinha não retornaria a Portugal, permanecendo no Rio de Janeiro. Tal atitude fez crescer o clima de brasilidade entre os componentes da tropa, que posteriormente lutariam em prol da independência nacional. Neste contexto de tensão e euforia, vale ressaltar outro decreto, emanado pelo príncipe regente, que estabelecia o Recrutamento Geral, visando à formação de uma tropa composta por mais brasileiros.

Após a Declaração de Independên-

Devido a estes acontecimentos, eclodiram em todo o território nacional reações de tropas portuguesas. Na Bahia, o general português Madeira de Melo encabeçava a resistência, a qual foi derrotada em 2 de julho de 1823 pelo destacamento de artilheiros marinheiros que desembarcaram no local. Entretanto, os ancestrais do CFN também atuaram contra o próprio povo brasileiro em diversos acontecimentos históricos, a mando do imperador. Dentre estes acontecimentos, destacam-se os desembarques no Recife, sob o comando dos capitães de mar e guerra



Quadro "Independência ou morte", de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1888. Fonte: Museu Paulista

ingleses John Taylor e James Northon, para sufocar as revoltas que lutavam contra as medidas autoritárias de D. Pedro I, conhecidas como Confederação do Equador.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA (1865-1870)



O emprego do atual Batalha Naval do Riachuelo, de Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905) Corpo de Fuzileiros Navais antes da Guerra do Paraguai foi de suma importância,

com destaque para as intervenções platinas na Campanha contra Oribe e Rosas e a Guerra contra Aguirre. Neste contexto, vale destacar que, em 24 de novembro de 1852, por intermédio do Decreto nº 1.067, a Brigada de Artilharia da Marinha passou a ser chamada de Batalhão Naval, com efetivo fixo de 64 oficiais e 1.216 praças, organizado em seis companhias de Infantaria e duas de Artilharia.

Em 1864, a tensão da região platina era inquestionável, devido à proibição da circulação na Bacia Platina, ordenada pelo ditador paraguaio Solano López, e graças ao crescimento considerável do Paraguai. Em novembro do mesmo ano, Solano López mandou aprisionar o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, ocasionando assim o início do conflito entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, conhecido como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai.

A principal participação da Brigada de Artilharia da Marinha (como era conhecido o CFN na época) foi em 11 de junho de 1865, na Batalha Naval do Riachuelo, sob o comando do Almirante Barroso. Das 1.846 praças que constituíam o efetivo do

Batalhão Naval à época, 1.428 estavam embarcadas, sendo 585 artilheiros e 843 fuzileiros. As guarnições a bordo tinham como missão o combate corpo a corpo e o sustento em meio ao incessante fogo da artilharia paraguaia. Os fuzileiros navais Zeferino Leite de Oliveira, da Canhoneira Belmonte, Hilário Pereira e José Alves, ambos do Vapor *Beberibe*, integram a lista de baixas do conflito, junto aos notáveis vultos navais Guarda-Marinha Greenhalgh e Marinheiro Marcílio Dias.

Neste cenário, foi notória a construção, pelos fuzileiros navais, de uma linha férrea nas imediações de Curuzu, em meio ao clima escaldante do Chaco. Segundo um relatório enviado ao ministro da Marinha da época, Dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo, tal ferrovia foi fundamental para o abastecimento das forças navais, que contavam com aproximadamente 1.500 homens, 50 bocas de fogo e dez navios.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

Com o fim do século XIX, houve no Brasil o surgimento de um forte ideal



Proclamação da República

republicano materializado pelo Partido Republicano e pelo Partido Republicano Paulista. Foi neste contexto em que ocorreu a queda do Império, que teve como fatores determinantes as questões militar, religiosa e abolicionista. No âmbito militar, após a Guerra do Paraguai, as Forças Armadas passaram a ter uma forte influência na sociedade brasileira, devido às ideias positivistas divulgadas pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant, do Exército.

A primeira participação do Batalhão Naval ocorreu no dia 15 de novembro no Campo da Aclamação, atual Praça da República, onde um contingente de aproximadamente 400 homens, liderados pelo Capitão de Mar e Guerra José Antônio de Alvarim Costa, uniu-se aos militares do Exército Brasileiro. Naquele momento, o clima era de tensão na região, pois no Quartel-General do Exército, localizado no Campo de Aclamação, estava o gabinete, sob a direção do Visconde de Ouro Preto, que buscava manter a monarquia no País. Após tentativas insuficientes de persuasão, o gabinete do Visconde de Ouro Preto demitiu-se e, posteriormente, o General Deodoro da Fonseca proclamou a República dos Estados Unidos do Brasil. Como

uma das primeiras medidas do presidente, destaca-se o Decreto nº 272, que reorganizava as Forças Armadas e, conseqüentemente, o Batalhão Naval, que a partir daquele momento contaria com quatro companhias de Infantaria, duas de Artilharia, um Estado-Maior e um Estado-Menor, com um efetivo global de 10 mil homens, sendo 34 oficiais

A REVOLTA DA ARMADA (1893)

Após um início conturbado do governo de Deodoro da Fonseca devido à pressão pela volta da monarquia e pela crise política que atingia o País, em 1891, o Marechal, sob ameaças de bombardeio feitas pelo Almirante Custódio de Mello, renunciou ao governo, que foi logo depois assumido por Floriano Peixoto. O clima naquela época ainda permanecia fervoroso. De um lado, membros do Exército com ideais republicanos, e, do outro, alguns oficiais da Marinha do Brasil e as elites locais, altamente tradicionalistas e monarquistas.

O movimento que entrou para história do País como Revolta da Armada foi consequência direta de outra revolta que começou no Brasil um pouco antes, a chamada Revolta Federalista. Segundo historiadores, a Revolta da Armada iniciou-se quando um grupo de oficiais, liderados pelo Almirante Custódio de Mello, passou a conspirar contra o presidente devido à prisão do então presidente do Clube Naval, o prestigiado Almirante Wandenkolk.

A atuação do Batalhão Naval iniciou-se no dia 2 de setembro de 1893, quando

FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA



Encouraçado *Aquidabã*

os militares, descontentes com o Decreto 144-B, que diminuía o efetivo do Batalhão a 40%, embarcaram nos navios *Aquidabã*, *Javari*, *Trajano* e *República*. Após a declaração do estado de sítio, legalistas e revoltosos combatiam com fogos de artilharia das posições de terra e dos navios. A liderança do movimento era composta inicialmente pelo Almirante Custódio de Mello, com apoio direto do Capitão de Mar e Guerra Frederico Lorena, e também, mais tarde, pelo Almirante Luiz Philippe Saldanha da Gama, que aderiu à revolta em dezembro daquele ano. A revolução tinha como ponto de resistência os navios citados anteriormente e as fortalezas de Villegagnon e São José (quartel-general do Batalhão Naval). A ausência de suprimentos e de munição e a superioridade numérica e de material dos federalistas foram os principais fatores que ocasionaram a derrota dos revoltosos.

Após o término do conflito, o ministro da Marinha na época, Almirante Eliziário José Barbosa, usou de uma manobra política para ausentar o Batalhão Naval de retaliações. Em um relatório entregue ao presidente da República, Prudente de Moraes, o ministro disse que o Batalhão Naval encontrava-se extinto devido às deserções de seu pessoal. Tal fato fez com que Prudente de Moraes criasse o Corpo de Infantaria da Marinha, com o efetivo de 400 praças.

Ao se aproximar o fim da Primeira República, momento de intensas agitações e surgimento de novas ideologias políticas, com destaque para o positivismo e o socialismo, a presença do Batalhão Naval neste cenário foi evidenciada em alguns acontecimentos marcantes do País, como a

Revolta dos Marinheiros (1910), o Movimento Tenentista (1922) e a Revolução Paulista (1924).

A Revolta dos Marinheiros, mais conhecida como Revolta da Chibata, que ganhou força após a Campanha Civilista de Rui Barbosa, resultou da insatisfação das praças da MB com os abusos cometidos pelos oficiais em relação à aplicação de punições. O Batalhão Naval atuou como sufocador do movimento, que ocorreu nos Encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e no scout *Bahia*, sob a liderança do Marinheiro João Cândido, denominado pela imprensa de “Almirante Negro”. Logo após este episódio, alguns membros do próprio Batalhão Naval se revoltaram, mas, devido às avarias da Ilha das Cobras e à falta de logística, não obtiveram o apoio necessário e foram facilmente dominados. Morreram em combate 26 fuzileiros navais.

O Movimento Tenentista, que teve como marco inicial o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e a abertura da Escola Militar de Realengo (medida que tornava a profissão menos política), consistiu na indignação da jovem oficialidade em relação à hegemonia política e oligárquica, sustentada pelas fraudes eleitorais e apoiada pelos oficiais superiores. Após a prisão do ex-presidente da República e presidente do Clube Militar, Marechal



Movimento Tenentista, que deu origem à Coluna Prestes

esteve no poder, foi de suma importância para a história política nacional, uma vez que na década de 20 o País passava por uma grande agitação política. A Revolução de 30 e a Revolução Integralista foram os momentos nos quais mais se observou a presença do atual Corpo de Fuzileiros Navais.

Hermes da Fonseca, o movimento ganhou corpo e culminou com um clima de insegurança na capital nacional. O atual Corpo de Fuzileiros Navais atuou como força de defesa, deslocando suas companhias para locais estratégicos como o Palácio do Catete e o Quartel-General do Exército. Neste cenário, vale salientar que novamente a Fortaleza da Ilha das Cobras foi atacada.

O outro cenário em que o Batalhão Naval esteve presente foi na Revolução Paulista de 1924, que buscava a deposição do Presidente Arthur Bernardes e a implementação do voto secreto. O Batalhão movimentou dois destacamentos para São Paulo, um de Infantaria e outro de Cavalaria, que durante quase todo o mês de julho daquele ano esteve em poder dos revoltosos. Com o fim do conflito e a vitória das forças do governo, o Batalhão Naval passou por outra mudança. Por intermédio do Decreto nº 16.717, de 24 de dezembro de 1924, criou-se o Regimento Naval, com efetivo de 1.500 homens e com a implementação da comissão de promoção de oficiais, que seria feita diretamente pelo governo.

A ERA VARGAS (1930-1945)

A presença do Regimento Naval, no período em que o gaúcho Getúlio Vargas

Segundo alguns historiadores, a Revolução de 30 foi causada pela quebra da “política do café com leite”. Washington Luís, que representava o governo de São Paulo, indicou à Presidência outro político do mesmo estado, Júlio Prestes, contrariando o acordo. Os mineiros, irritados com tal situação, uniram-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, gerando a Aliança Liberal e lançando a candidatura de Vargas e João Pessoa à Presidência e Vice-Presidência, respectivamente. A Aliança Liberal não aceitou a vitória de Júlio Prestes, alegando um processo eleitoral fraudulento. Com isso, forças militares depuseram o Presidente Washington Luís e colocaram Getúlio Vargas no poder.

Neste contexto, o Regimento Naval atuou basicamente em um episódio que ocorreu no sul do País. Devido à força da revolta, que se iniciou no Rio Grande do Sul, o governo de Santa Catarina pediu reforço para o Comando da Divisão Naval, o qual enviou, a partir do dia 6 de outubro, homens sob a liderança dos tenentes Guilherme Borges e José Severino dos Santos. Todavia, o contingente desembarcou, efetivamente, em Joinville, pois a cidade estava sem forças de defesa suficientes. No dia 8 de outubro, iniciou-se um intenso conflito nas ruas da cidade e, durante o enfrentamento, os sargentos Santino José



Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954).
Presidente do Brasil de 1930 a 1945 e
de 1951 a 1954

de Queiroz, José Joaquim de Araújo, Clemente Sabino Marques e José Donato Barbosa assumiram o controle da situação, já que os tenentes foram aprisionados pelos revoltosos. Vale ressaltar que, no princípio, as forças do Batalhão Naval e do Exército enfrentaram-se duramente e, posteriormente, com a adesão da MB à Revolução de 30, os fuzileiros foram alocados em unidades do EB. Infelizmente, neste episódio, seis fuzileiros morreram, entre eles o Sargento Santino, e 13 ficaram gravemente feridos.

Na madrugada de 11 de maio de 1938, durante um período conhecido como Estado Novo, iniciou-se no País o episódio chamado de Rebelião Integralista. Sob a liderança de Plínio Salgado, revoltosos marcharam em direção ao Palácio da Guanabara, onde residia o presidente e sua família; ao Ministério da Marinha e a residências oficiais dos chefes dos Estados-Maiores da Armada e do Exército. A defesa dos edifícios era composta por militares do Regimento Naval e, a princípio, foi insuficiente, já que alguns

integralistas alcançaram o interior do Palácio. Após ação conjunta entre o Regimento Naval e a Polícia Especial (tropa de confiança do presidente), os revoltosos foram momentaneamente controlados. A partir daí, os integralistas voltaram suas atenções para o prédio do ministro da Marinha, visando barrar o eventual deslocamento das tropas navais em defesa do governo. O imediato do Regimento Naval, Capitão de Fragata (FN) Arthur de Freitas Seabra, resolveu agir imediatamente, enviando o 2º Batalhão, comandado pelo Capitão de Corveta (FN) José Augusto Vieira, para a invasão do Ministério da Marinha. Por volta das 6 horas da manhã, o levante estava controlado e, após pesadas baixas devido à colocação de metralhadoras no topo do edifício por parte dos revoltosos, o ministro, Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem, e os Almirantes Castro e Silva e Graça Aranha estavam a salvo.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

A Segunda Guerra Mundial já atingia, direta e indiretamente, grande parte do mundo; porém, após a entrada dos Estados Unidos, depois do ataque japonês à Base Naval de Pearl Harbor (1941), o conflito ganhou, efetivamente, características mundiais e contornos inimagináveis. Neste contexto, o Brasil, que até então se mostrava neutro, teve que tomar parte. Após os torpedeamentos de navios brasileiros pelos submarinos alemães (U-307), o País inclinou-se para o lado norte-americano. No dia 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo.

A participação do Corpo de Fuzileiros Navais (na época Regimento Naval) no conflito foi breve, já que naquela altura a Alemanha estava em uma notável decaída, iniciada na quebra do pacto germano-soviético e na abertura de duas frentes de ba-



Artilharia Brasileira na 2ª Guerra Mundial, em 1944

talha, e a Itália focava nos seus interesses no continente africano. Como consequência dos afundamentos no Atlântico, foi instalado um destacamento de Fuzileiros Navais na Ilha da Trindade, que visava à proteção contra um possível estabelecimento de base de submarinos alemães. Além disso, foram criadas as Companhias Regionais do CFN em Recife, Natal e Salvador, que possuíam ampla jurisdição sobre as águas litorâneas e que, posteriormente, comporiam o Grupamento de Fuzileiros Navais. Vale ressaltar também o embarque dos fuzileiros navais nos navios da Marinha de guerra que faziam o patrulhamento da costa, com destaque para o Navio-Auxiliar *Vital de Oliveira*, que naufragou no dia 19 de julho de 1944, levando para o fundo do Atlântico seis componentes do Regimento Naval.

O PÓS-GUERRA

Inicialmente, é necessário citar alguns acontecimentos ocorridos nas décadas de 40 e 50 responsáveis pelo fortalecimento do CFN na Marinha do Brasil. Dentre tais acontecimentos, destacam-se: o Decreto nº 40.862, de 6/2/1957, responsável pela criação da Força de Fuzileiros da Esquadra

com lotação a critério do ministro da Marinha; e a criação das instalações situadas na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, necessárias para o fortalecimento de uma Tropa Anfíbia, com destaque para o Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, as linhas de tiro, as pistas de aplicação militar, a vila residencial e os quartéis de infantaria e cavalaria. Como defensor e idealizador da

modernização da tropa anfíbia, naquele período, destaca-se o Contra-Almirante (FN) Sylvio de Camargo, futuro comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais e atual patrono do CFN.

A aparição dos Fuzileiros Navais naquele momento histórico esteve basicamente relacionada à contenção de atos políticos



Almirante (FN) Sylvio de Camargo

que visavam à implementação de um modelo comunista de governo, como as greves portuárias em Santos, o Levante dos Sargentos em Brasília e a Operação Abelha. Tal operação tinha como propósito o desembarque das tropas anfíbias no litoral de Santa Catarina, visando conter o clima de agitação político-militar gerado pela Campanha da Legalidade, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

CONCLUSÃO

A contribuição do Corpo de Fuzileiros Navais para a formação do Estado brasileiro resume-se em episódios que foram de suma importância para os grandes acontecimentos. Talvez, se a presença da tropa anfíbia fosse menos contundente, ou até mesmo se ela fosse menos utilizada, poderia haver alguma alteração na história nacional, já que os acontecimentos históricos são consequências também destas atuações.

Destaca-se a atuação do patrono do

CFN, o Almirante Sylvio de Camargo, que foi fundamental para a criação de um Quadro de Oficiais do CFN, até então inexistente, no ano de 1932, quando o referido oficial foi transferido do Corpo da Armada para o de Fuzileiros Navais, após várias contribuições referentes ao aumento do nível de escolaridade e preparo profissional da tropa. Foi importante também nas décadas de 40 e 50, fazendo com que os fuzileiros alcançassem alguns requisitos imprescindíveis para seu crescimento. Assim, o Corpo de Fuzileiros Navais mostrou-se sempre como uma tropa coesa, determinada e audaz, buscando o constante aprimoramento das atividades navais e o engrandecimento da instituição, a Marinha do Brasil.



Desembarque de tropas anfíbias do Corpo de Fuzileiros Navais em exercício

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Corpo de Fuzileiros Navais; História do Brasil;

BIBLIOGRAFIA

- COMANDO GERAL DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/cgcfm/cfn/index.htm>>. Acessado em 18 jul 2014.
- REVISTA DO CLUBE NAVAL. Rio de Janeiro, ano 122, nº 369, edição especial, jan/fev/mar 2014.
- REVISTA O ANFÍBIO. Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, ano XXV, nº 24, 2005.
- REVISTA O ANFÍBIO. Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, ano XXVII, edição especial, 2008.